

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO

CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O PAPEL DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO NO PLANO REAL

ALUNO: ANDRÉ DE SOUZA GOMES

MATRÍCULA: 9710370

OUTUBRO / 2002

O PAPEL DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO NO PLANO REAL

Aluno: André de Souza Gomes
Orientador: Carlos Américo Leite Moreira

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

FORTALEZA-CE

2002

Esta Monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará - UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Média

André de Souza Gomes

Aluno

Profº Carlos Américo Leite

Moreira

Orientador

Profº Antônio Luiz Abreu Dantas

Membro da Banca Examinadora

Profº Marcos Antônio de Brito

Membro da Banca Examinadora



AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus ao fazer-se presente em minha vida e que, nos momentos mais difíceis, sempre me enviou uma solução protegendo-me como um filho.

Agradeço a minha Família, por sermos felizes.

A minha namorada por atingir este que é mais um degrau para fundamentar os pilares da Educação.

Ao corpo docente da Universidade Federal do Ceará pelo alto grau de competência, qualificação, dedicação e respeito passado através dos anos.

Ao meu professor Carlos Américo Leite Moreira pelos valiosos meses de orientação, paciência e por ter acreditado na realização deste trabalho.

RESUMO DO TEMA:

"O PAPEL DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO NO PLANO REAL"

A pesquisa procura demonstrar uma análise do Investimento Externo Direto e seus principais impactos.

Inicia-se todo o processo, através de uma apresentação geral do contexto de globalização e abertura da economia brasileira sob a ótica do Consenso de Washington.

Em uma análise mais específica, enquadrando o tema proposto, existe uma série de instrumentos gráficos e citações que levarão a justificativa de que o Investimento Externo direto (IED), é necessário, mas, na economia brasileira, seu papel foi muito mais especulativo do que produtivo.

Ainda, envolvendo aspectos específicos da aplicação do Investimento Externo Direto (IED), há de ser concluído que pela sua utilização predominantemente em fusões e aquisições de empresas nacionais por multinacionais, gerou-se um grande afluxo de capital, tornando deficitária o Balanço de Pagamentos.

SUMÁRIO

Pg.

1 INTRODUÇÃO.....	01
2 CONSENSO DE WASHINGTON.....	02
2.1 A Globalização Financeira e Políticas de Estabilização.....	08
2.2 Mercado Financeiro Mundial e a Lógica da Estabilização.....	12
3 A DINÂMICA DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO (IED) NO CONTEXTO DE ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA.....	18
3.1 O Aspecto Quantitativo do Investimento Externo Direto (IED).....	22
3.2 As Modalidades Predominantes das Empresas Multinacionais no Brasil Durante O Plano Real.....	26
3.3 Uma Análise Qualitativa do Investimento Externo Direto (IED).....	32
3.4 O Investimento Externo Direto e o Balanço de Pagamentos.....	42
4 CONCLUSÃO.....	51
5 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	52

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar que com a liberalização comercial e desregulamentação financeira permitiu-se que grandes investimentos externos fossem introduzidos em nossa economia para tornar eficiente o sistema produtivo. Mas, em última instância, esses investimentos foram direcionados ao mercado especulativo tendo pouco impacto sobre o lado produtivo.

A dinâmica desses Investimentos Externos Diretos (IED) será fundamentada sobre o contexto de abertura econômica promovida pelo Plano Real.

A análise dessa abertura econômica será formalizada em uma visão geral do contexto de mundialização do capital e das políticas de estabilização, através das premissas do Consenso de Washington e seus desdobramentos dentro da economia brasileira.

Será verificado o papel das firmas multinacionais e os seus principais impactos sobre o balanço de pagamentos, principalmente pela deterioração dos termos de troca e sob a ótica de remessa de lucros dessas firmas ao exterior atingindo o balanço de pagamentos de forma negativa.

Propõe-se uma melhor aplicação do Investimento Externo Direto (IED) com a intenção de estimular o desenvolvimento da indústria nacional e o crescimento da economia, adequando o papel do Estado como agente direto dentro desse processo.

2. CONSENSO DE WASHINGTON

Em novembro de 1989, reuniu-se na capital do EUA funcionários do governo norte americano e dos organismos financeiros internacionais ali situados - Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (World Bank), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e órgãos especializados em assuntos latino-americanos.

O objetivo do encontro era proceder a uma avaliação das reformas empreendidas nos países da América Latina, sendo batizado de Congresso de Washington.

O principal idealizador desse encontro foi o economista inglês John Williamson. Com isso o governo e as entidades financeiras internacionais poderiam renegociar dívidas dos países

latino-americanos, desde que eles promovessem em seus países as reformas que o Consenso enumerou e que estão listadas a seguir.

1. Disciplina fiscal, através do qual o Estado limita seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público;
2. Priorização dos gastos públicos visando a obter o máximo retorno econômico e promover uma maior distribuição e renda;
3. Reforma tributária, que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos;
4. Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam as instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor;
5. Regime cambial administrado através de bandas cambiais;
6. Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando impulsionar a globalização da economia;
7. Eliminação das restrições ao capital externo, permitindo a entrada de investimento externo direto (IED) no setor produtivo;
8. Privatização;

9. Desregulamentação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas;

10. Propriedade intelectual.

Fonte: Folha de São Paulo, 1999

Essa lista é de grande importância para fundamentar e formalizar a análise do papel dos investimentos externos promovida pelas políticas de estabilização do Plano Real no Brasil na década de 90.

O contexto em que se apresenta a análise é o de liberalização econômica, liberalização definida pelas regras de mercado, globalização e mundialização do capital, acompanhado das transformações nos modos de organização e nas estratégias de produção adotadas pelo Brasil.

O governo brasileiro dentro da nova ordem mundial conseguiu estimular a entrada de Investimentos Externos Diretos (IED), mas, mesmo apresentando resultados significativos dentro do Plano Real, o processo de globalização fez com que filiais das multinacionais implantadas no Brasil, dentro de uma concorrência oligopolista, promovesse um enxugamento e modernização no processo produtivo para tornar as firmas mais competitivas.

O resultado dessa reestruturação produtiva foi um aumento nas importações de bens de capital, para tornar as firmas mais competitivas.

Além disso, outra forma encontrada pelas multinacionais para auferirem grandes lucros foi a diversificação dos investimentos no Brasil, através do mercado financeiro atrelado a uma taxa de juros alta e apoiada por uma política cambial que promovia estabilidade da moeda.

Por outro lado, ressalta-se que os IED das firmas multinacionais não trouxeram dinamismo tecnológico em sua totalidade e nem conseguiu desenvolver a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) ou a modernização do parque industrial brasileiro, servindo apenas para financiar fusões, aquisições e extrair lucros através do mercado especulativo.

Práticas de liberação comercial e financeira são inelutáveis, quando se pretende, como no caso do Brasil, continuar inserido no mercado global. Mas elas precisam ser acompanhadas por políticas industriais, tecnológicas e comerciais de novo estilo que permitam mudar os mecanismos de proteção e incentivo às exportações, além de novas e mais eficientes políticas de produção e proteção social. Tudo isso significa uma

profunda reforma do Estado e do comportamento de agentes privados, cuja escala e tempo são imprevisíveis.

Para além de seus efeitos setoriais específicos, as políticas públicas deveriam visar a um aumento da competitividade global da economia que, nas atuais circunstâncias e diante do desenvolvimento da economia mundial, teriam que adaptar-se a um novo paradigma industrial e tecnológico.

Esse paradigma seria baseado na melhora apreciável dos recursos humanos, tanto em termos educacionais como de qualidade de vida. Vale ressaltar que a dimensão social das políticas públicas não se limita a políticas de caráter assistencial, e que todas as políticas econômicas deveriam ter simultaneamente uma dimensão produtiva e social.

O processo de globalização, a abertura econômica e as políticas de estabilização no Brasil tiveram como âncora o papel dos investimentos externos e os princípios do Consenso de Washington como premissas para a transferência de recursos entre as economias.

IED foram introduzidos no país não pela via de desenvolvimento dos setores produtivos da economia, e sim, como forma de reestruturação produtiva das multinacionais, aumentando o volume de transferência de moeda para o exterior, e também pela

financeirização da economia, o que favoreceu a captação de moeda estrangeira a altas taxas de juros.

Fazendo uma análise dentro de um contexto macroeconômico verifica-se que ocorreu uma crescente deteriorização do parque industrial brasileiro e uma diminuição dos bens de capital que eram importados, principalmente pelo processo de desnacionalização da economia e pela entrada das indústrias estrangeiras.

Já uma análise Microeconômica demonstra que ocorreram significativas perdas nos postos de trabalho com a reestruturação produtiva, com o pagamentos de royalties pela utilização de tecnologias produzidas em outros países, importações de bens de capital e serviços técnicos para implantação e utilização de novas tecnologias.

Dentro desse contexto inserem-se as firmas multinacionais, responsáveis pelo agravamento dos déficits no balanço de pagamentos, deteriorando os termos de troca pelo grande diferencial de produtividade e tecnológico dentro de seu processo produtivo, agregando um alto valor em seus bens, em detrimento de uma pauta de exportação de gêneros de baixo valor agregado que o Brasil possui, deixando negativa a balança comercial.

2.1 GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E POLÍTICAS DE ESTABILIZAÇÃO

A nova configuração mundial em que países fisicamente distantes pudessem integrar-se às grandes economias através da internacionalização do comércio, da integração de mercados regidos por uma lógica mundialmente aceita, propiciou a quebra de barreiras territoriais e legislativas, possibilitou a consolidação de um cenário financeiro em que a mobilidade de capital faz-se necessária para a exploração de variados setores.

Essa explosão financeira, bem como, a flexibilização de investimentos, permitiram uma maior captação de recursos, mas fizeram com que, principalmente as economias menos desenvolvidas, passassem por transformações estruturais.

A análise do caso brasileiro será apresentada dentro desse contexto globalizador, tendo como foco a questão do Plano Real e o Papel do IED para a viabilização do processo de estabilização econômica.

Uma das mudanças de grande significado, analisando o contexto de abertura econômica e o Plano de Estabilização adotado a partir de 1990, denominado de Plano Real, foi a enorme facilidade de se obterem recursos financeiros de organismos

multinacionais sem intermediação bancária, através da emissão de títulos, sobretudo da dívida pública, comprometendo a receita dos Estados.

A captação de recursos através do financiamento direto, principalmente por investimentos externos estão associados a elevadas taxas de juros reais, o que determinou o bloqueio de implementação de políticas que promovessem o desenvolvimento do parque industrial nacional, comprometendo a atividade industrial brasileira.

A globalização financeira teve uma ampla dimensão do ponto de vista da influência sobre a estratégia de estabilização, como cita-se o fragmento:

"... instauração de um mercado unificado de dinheiro em âmbito planetário. Isso significa que as empresas multinacionais industriais e financeiras podem contratar empréstimos ou aplicar fundos sem limites onde e quando queiram, recorrendo a todos os instrumentos financeiros existentes." (PLIHON, 1995:61)

"Esses processos dizem respeito à extinção dos dois tipos de fronteiras; de um lado, aquelas que separavam os diversos segmentos do mercado monetários e financeiros nacionais, bem como os apartava dos mercados mundializados. A partir disso, criou-se uma grande interdependência entre todos os segmentos

dos mercados e entre as esferas nacional e internacional.”(CHESNAIS, 1996)

O neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a globalização, embora se constituam em fenômenos distintos, estão profundamente articulados no processo de transformações por que vem passando o capitalismo nos últimos anos.

O denominador comum aos três fenômenos pode ser sintetizado no ideal da “acumulação flexível”, isto é, o capital, em seu movimento de valorização, deve estar livre de empecilhos e restrições de qualquer natureza.

Essa flexibilidade deve ser alcançada em todas as esferas e dimensões da acumulação: flexibilidade espacial, de capitais e mercadorias, flexibilidade temporal, flexibilidade produtiva, flexibilidade financeira e de comercialização, flexibilidade no uso e na contratação e dispensa da mão-de-obra e flexibilidade da jornada de trabalho.

Nessa medida, o neoliberalismo, enquanto ideologia e como política econômica, se constitui na doutrina mais adequada para o capitalismo, nessa nova fase de seu desenvolvimento.

Essa adequação ocorre tanto na órbita microeconômica, com a defesa da individualização das relações entre o capital e o

trabalho, da livre negociação sem quaisquer parâmetros ou restrições e do sindicato por empresa, quanto no nível macroeconômico, através da proposição da derrubada de todas as barreiras que impedem a livre mobilidade do capital em qualquer uma de suas formas, e da intervenção do Estado no sentido de viabilizar todas as formas de flexibilidade acima mencionadas.

Nesse sentido, a doutrina neoliberal serve tanto à reestruturação produtiva quanto ao processo de globalização, na forma como eles vêm ocorrendo.

Esses outros fenômenos, por sua vez, se estimulam e se realimentam reciprocamente, acelerando o desenvolvimento das forças produtivas e ampliando o circuito da acumulação.

Em particular, o novo paradigma tecnológico, viabilizando a associação da informática às telecomunicações, foi determinante para a criação de um mercado financeiro globalizado.

No plano da relação capital/trabalho, as redefinições são profundas, alterando crucialmente a correlação de força entre as partes, com o reaparecimento de velhas formas de consumo da força de trabalho e o surgimento de novas formas de exploração, que vêm afetando especialmente o "modo de ser" da classe trabalhadora.

O contexto que será analisado na seqüência, vem ressaltar toda a transformação ocorrida no mercado mundial, agora globalizado, e a necessidade das economias de buscar estabilidade financeira para fazer face a grande competição capitalista. Encerrando a análise, o caso brasileiro será apresentado dentro do contexto do Plano Real.

2.2. MERCADO FINANCEIRO MUNDIAL E A LÓGICA DA ESTABILIZAÇÃO

A competição intercapitalista, tendo por armas as inovações de todos os tipos, torna-se cada vez mais feroz e de fato mundializa-se, quase que sem limites impostos pelas barreiras nacionais; que se acelera fantasticamente o desenvolvimento das forças produtivas e cresce o volume e o valor dos meios de produção por trabalhador.

Esse trabalhador intensifica a concentração e a centralização de capitais, com o domínio mundial de poucas empresas gigantescas em cada ramo de produção.

Dentro da esfera financeira, o capital assume um papel preponderante no conjunto do funcionamento do sistema, com um

superdimensionamento da acumulação "fictícia", num ambiente cada vez mais instável, com riscos e incertezas.

Todas essas características e tendências estruturais do capitalismo, já identificadas por Marx no século passado, não são negadas pelo processo de globalização; antes pelo contrário, ele, juntamente com os outros dois fenômenos tratados anteriormente, libera o capital, em seu movimento de acumulação, de todas as amarras e restrições, permitindo-lhe uma flexibilidade quase que total no seu afã e necessidade de valorização.

No entanto, de um ponto de vista mais concreto, a forma e amplitude, como as características e tendências acima mencionadas vêm se realizando com o processo de globalização, evidenciam a existência de novos elementos e novas circunstâncias, tanto no plano das relações de concorrência intercapitalistas, quanto da própria relação capital/ trabalho que funda e define esse modo de produção.

Antes de mais nada, a concorrência centra-se cada vez mais no domínio do conhecimento e da informação; com isto, as vantagens competitivas naturais tendem a desaparecer, deixando de ser relevantes para definir uma inserção melhor ou pior de qualquer região na nova ordem econômica internacional.

A relação centro/ periferia torna-se mais complexa e mais instável; ao mesmo tempo em que há transferências de capitais especulativos e atividades produtivas, algumas vezes com alto conteúdo tecnológico, de países centrais para países da periferia, cresce a subordinação destes últimos e, portanto, os riscos de interrupção abrupta dos elementos impulsionadores do processo de desenvolvimento.

Pelo mesmo motivo, fragiliza-se o poder da maioria dos Estados Nacionais e estreita-se a capacidade de se fazer políticas macroeconômicas, à medida que se fortalece o poderio das maiores multilaterais, como o FMI, BIRD, BID etc.

A globalização da produção e dos mercados de produtos, bem como a formação de um mercado financeiro mundial, têm levado a interpenetração patrimonial das multinacionais, implicando, num certo sentido, a desterritorialização da grande burguesia dos países mais poderosos.

Além disso, também têm-se determinado a constituição de modelos e práticas culturais mundiais (supranacionais), usufruindo por minorias que possuem rendas mais elevadas, inclusive aquelas situadas na periferia, e construídos a partir das várias formas de comunicação e informação, desenvolvidas recentemente.

Nessa medida, o mundo vem se tornando cada vez mais semelhante, tanto no uso de altas tecnologias e nos padrões de consumo sofisticado, quanto nas desigualdades econômicas e na expulsão social, apesar das barreiras nacionais e culturais, quase intransponíveis, para a globalização dos mercados de trabalho.

“Os efeitos indiretos da mundialização financeira para o crescimento do volume do IDE podem ser divididos em financeiros e não financeiros. Os efeitos financeiros dizem respeito, principalmente, ao aumento da instabilidade econômica e à maior frequência das crises cambiais, bem como à maior volatilidade das taxas de juros. O advento dessa maior incerteza torna o ambiente de atuação das multinacionais mais arriscado, incitando a um maior uso dos instrumentos de proteção disponíveis no mercado financeiro internacional, mas também faz com que ela se dê com objetivo crescente de obtenção de lucro e não de segurança.” (SCHERER, 1999)

Em relação a economia brasileira dentro do contexto da estabilização financeira, verificamos uma economia que devido à crise da dívida promovida pelo que foi denominado de década perdida (década de 80) e pela necessidade de uma política globalizante, reduz as barreiras comerciais e promove a abertura

da economia, integrando-se ao capital e a lógica de dominação das economias capitalistas dominantes.

Dentro desse processo, o Brasil implementa medidas de contenção inflacionária, sobrevaloriza a taxa de câmbio, reduz alíquotas de importação, implementa parcerias com outros países, capta investimentos a taxa de juros elevadas etc.

Dentro desse plano foram adotadas um série de políticas baseadas na liberalização/desregulamentação de mercados, medidas de controle inflacionário, de redução do mercado interno através da privatizações que garantiram aos investidores externos e aos agentes econômicos um cenário favorável e equilibrado para a captação de recursos para o setor produtivo da economia.

Outro fator importante a ser citado em relação a essa captação de recursos provenientes do exterior foi a alta remuneração dada a esses capitais (juros), consolidando assim a economia brasileira como atrativa aos investidores estrangeiros.

A redução das alíquotas sobre as importações, a facilitação de transferência de empresas multinacionais para o Brasil, tiveram como pano de fundo o endividamento da União, Estados e Municípios que entraram no chamado "processo de barganha", ou seja, através de isenções fiscais e subsídios. As

multinacionais puderam escolher onde e de que forma operar dentro do mercado brasileiro.

A abertura promovida dentro do Plano Real trouxe à economia uma crescente e infreme dívida interna e externa, principalmente por causa da não criação de medidas de regulamentação que fundamentassem as atividades das multinacionais, permitindo que estas pudessem ser monitoradas pela fiscalização de órgãos da União e dos Estados.

Destaca-se assim, que o processo de globalização adotado pelo Brasil seria direcionado para atualização do parque industrial e tecnológico nacional, o que na verdade não ocorreu.

Analisando o Plano Real e as políticas de estabilização adotadas, verifica-se que a abertura econômica e desregulamentação financeira não foram coligadas a um controle direto do governo, ou seja, a captação de investimentos externos e a política de substituição de importações promovida pelo Brasil prejudicaram os setores denominados de ponta ou de alta tecnologia.

O setor produtivo brasileiro perdeu recursos, sucateou-se, dando lugar a tecnologia importada, que necessariamente não serviu de estímulo para a promoção de uma competitividade e nem mesmo para a consolidação de políticas visando ao desenvolvimento

da P&D, à socialização da informação, à implementação de parcerias e programas entre empresas multinacionais e empresas nacionais.

O Plano Real e as políticas de estabilização tiveram a função de promover a transformação de uma economia fechada para uma economia aberta, regida pelo capital internacional, desregulamentada e inserida a uma nova lógica: a do capitalismo globalizado.

Dentro dessa análise de capital globalizado, o próximo estudo será demonstrar o papel dos Investimentos Externos Diretos tanto quantitativamente quanto qualitativamente, analisando o caso brasileiro, sob a visão da produção e as políticas adotadas no Plano Real, para a sua captação.

3 A DINÂMICA DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO (IED) NO CONTEXTO DE ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA

A análise sobre o papel dos Investimentos Externos Diretos (IED), no Brasil, no contexto de abertura comercial e financeira sempre foi objeto de controvérsia principalmente para

os países em desenvolvimento, tanto do ponto de vista teórico quanto da formulação de política econômica.

Um dos aspectos fundamentais da reestruturação em curso na economia brasileira tem sido o aprofundamento do processo de internacionalização da estrutura produtiva. Uma evidência importante desse processo é o retorno dos fluxos de investimento estrangeiro, que permaneceram estagnados e em níveis insignificantes desde a crise da dívida dos anos 80. O volume recente é bastante expressivo, e inclusive supera os fluxos de períodos áureos de crescimento e de internacionalização da economia nas décadas de 50, 60 e 70. (BIELSCHOWSKY e STUMPO, 1996; CHUDNOVSKY e LÓPEZ, 1997; CNI/CEPAL; LAPLANE e SARTI, 1997)

O Brasil nesse contexto, sempre atribuiu uma enorme importância aos IED, como estratégia de desenvolvimento econômico, esperando poder fixar as condições de entrada desses investimentos. Atualmente, o país não está em condições de impor restrições às multinacionais e se contentam em oferecer condições extremamente favoráveis para chamar a atenção de investidores estrangeiros (GRÁFICO 1):

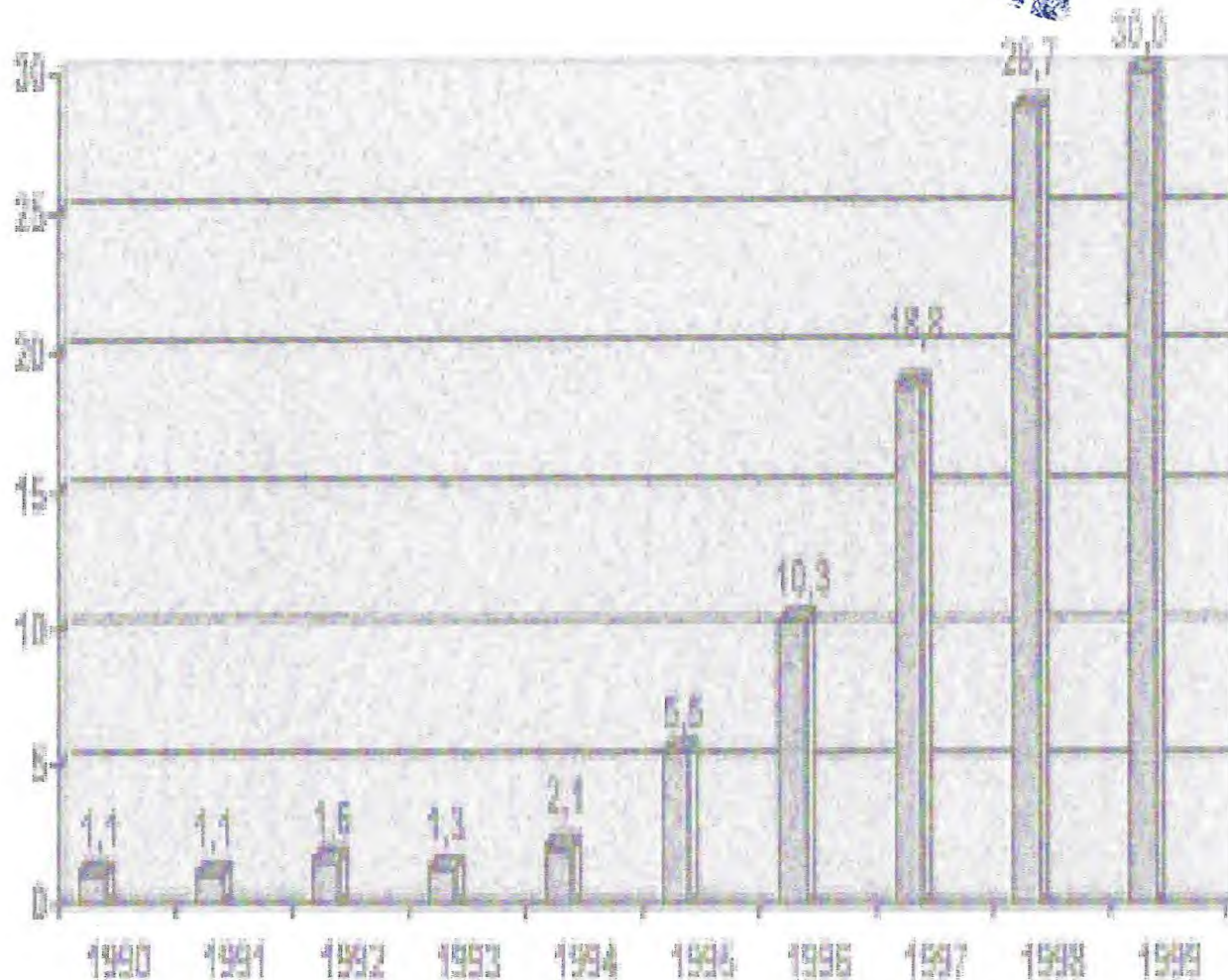


GRÁFICO 1

**Evolução do fluxos de Investimento Externo Direto no Brasil:
1990 – 1999 (em bilhões de dólares)**

As informações mencionadas no gráfico 1, demonstram a evolução dos fluxos de Investimento Externo Direto (IED) no Brasil de 1990 à 1999, apresentando um grande aumento, estimulado principalmente pelo processo de abertura econômica e financeira realizada pelo Brasil a partir de 1990.

"Para os países em desenvolvimento, em particular o Brasil, a adoção de estratégias baseadas no Investimento Externo Direto é considerada fundamental para gerar efeitos positivos diretos e indiretos." (MOREIRA, 2000)

No entanto, ressalta SCHERER, em sua análise que *"a empresa multinacional é assim, ao mesmo tempo, vetor de transmissão produtiva e da mundialização financeira, se essa diferenciação ainda faz sentido na atual etapa da economia mundial. Isso ajuda a explicar por que, em um momento de fluxos de IED e mais importante, por que esse fluxo toma, primordialmente, a forma de fusões e aquisições e, de maneira particular, de privatizações nos países denominados emergentes".*

O afluxo de IED, teria como contrapartida uma crescente aprendizagem na melhoria da qualidade da produção local.

A concorrência entre as multinacionais geraria pressões sobre as firmas domésticas forçando-as a aprimorar-se e a adotar técnicas de produção mais modernas.

"Haveria também no Brasil, uma intensificação das ligações entre multinacionais e fornecedores locais, tornado mais complexa a relação com a indústria local com a sub-contratação." (MOREIRA, 2000)

Um forte argumento em favor do Investimento Externo Direto (IED), refere-se a sua lógica de longo prazo, o que explicaria sua natureza não especulativa, logo países como o Brasil teriam que ter refletida no cenário mundial uma boa performance macroeconômica.

As posições teóricas relacionadas ao papel que os Investimentos Externos Diretos podem exercer ao desenvolvimento econômico de um país, como o Brasil, levou-o a adotar medidas políticas que trouxessem atrativos e uma flexibilização de antigas restrições impostas ao investimento externo direto.

Restrições relacionadas com o controle da taxa de câmbio, à regulamentação das aquisições de firmas locais pelas multinacionais, à restrição de certos setores ao IED por motivos de segurança nacional e aos limites relacionados à remessa de lucro.

3.1 O ASPECTO QUANTITATIVO DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO

Na luta pela concentração desses investimentos, partiriam na frente aquelas economias que estivessem em condições de quebrar antigos paradigmas protecionistas e de legislação

restritiva, promover estabilidade econômica e política e principalmente criar incentivos a entrada de IED.

Economias como a brasileira promoveram grandes transformações em sua estrutura produtiva, visando principalmente tornar-se perceptível aos investidores estrangeiros.

Liberdade de câmbio, legislação social, estrutura fiscal, facilidades administrativas, direitos de alfândega, sinais positivos à livre concorrência e segurança aos investidores, são portanto, alguns dos fatores que permitiram que o Brasil fizesse parte dos países beneficiados com o IED (TABELA 1).

TABELA 1: Investimento Externo Direto e Formação Bruta de Capital

Fixo em percentagem do Produto Interno Bruto; Investimento Externo Direto em percentagem da Formação Bruta de Capital Fixo:

1990-1999

	IDE/PIB	FBCF/PIB*	IDE/FBCF
1990	0,2	15,5	1,2
1991	0,2	15,2	1,6
1992	0,4	14,0	2,9
1993	0,2	14,4	1,2
1994	0,4	15,3	2,4
1995	0,6	16,7	3,7
1996	1,3	16,5	7,8
1997	2,1	17,9	11,9
1998	3,4	17,4	19,0
1999	3,3	17,2	19,4

Fonte: LAPLANE M. e SARTI F.

*A preços constantes de 1980

A tabela 1 mostra o impacto do Investimento Externo Direto, no Brasil, sobre a Formação Bruta de Capital Fixo e sobre o Produto Interno Bruto (PIB), é considerável e expressivo.

Analisando uma série temporal de 1990 à 1999, podemos verificar que ocorreu um aumento crescente desse capital externo tanto em relação ao produto, como também em relação ao capital fixo, com ênfase no anos de 1998 e 1999, que sinalizam os percentuais de variações em torno de 17,2 e 19,4 respectivamente.

Para alguns economistas defensores da liberalização/desregulamentação, deveria ocorrer uma intervenção mais ativa dos governantes para estimular a entrada de investimentos.

Já para outros economistas os fluxos de capitais são contestáveis, ou seja, tudo depende das interações entre as estratégias das multinacionais, assim como de suas modalidades de implantação e as políticas adotadas pelos países visando à eficiência de seus sistemas nacionais de inovação.

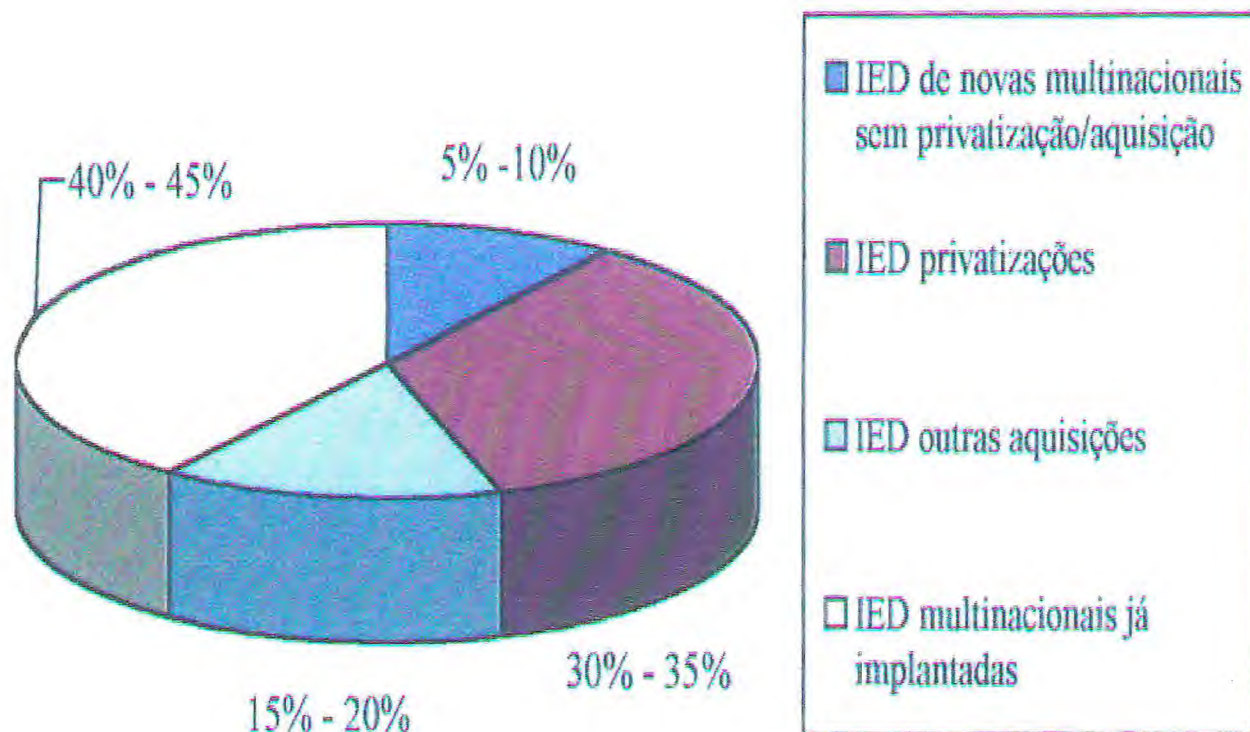
De fato, são as interações entre as estratégias da empresa multinacional e a estrutura de mercado da indústria que determinarão os impactos de cada projeto de investimento em relação a um projeto nacional ou regional de desenvolvimento.

3.2 AS MODALIDADES PREDOMINANTES DAS EMPRESAS MULTINACIONAIS NO BRASIL DURANTE O PLANO REAL:

O Brasil, dentro do Plano Real, e sob as premissas do processo de globalização dos mercados e unificação financeira, permitiu que um grande número de empresas de capital estrangeiro, denominadas de multinacionais, entrassem no país.

Um fator imprescindível para a instalação das multinacionais foi a utilização do IED como forma de subsidiar toda a adaptação das mesmas.

Ressalta-se dentro desse processo de captação de IED, a estimativa segundo sua modalidade de implantação, ou seja, no caso brasileiro, para onde foi direcionado esses recursos (GRÁFICO 2):



Fonte: BACEN

GRÁFICO 2: Estimação do Investimento Externo Direto no Brasil, segundo modalidade de implantação: 1997-1998 (em %)

De acordo com o gráfico 2, observa-se que basicamente os Investimentos Externos Diretos-IED, no caso brasileiro, foram utilizados nos processos de fusão e aquisição, seja como forma das empresas multinacionais entrarem no país ou para aumentar o poder das multinacionais aqui existentes.

Verifica-se que neste gráfico, encontra-se uma maior parcela de Investimento Externo Direto-IED, entrando como transferência de capital intra-firma feita pelas multinacionais através de suas matrizes para as suas filiais.

No que se refere às estratégias de produção, a entrada de IED trouxe programas de reestruturação produtiva que se caracterizam por movimentos de desverticalização/especialização implicando uma redução substancial do tamanho das filiais multinacionais.

Essas multinacionais forneceram as suas filiais toda a base científica e tecnológica que precisavam, de forma a não necessitar de auxílio de universidades locais e acarretando um impacto de competitividade em relação as empresas nacionais, que se encontravam sem condições de concorrência.

A importância atribuída a esses investimentos no processo de fusão/aquisição foram tão grande que se verifica a seguir, como o Brasil atuou em relação às economias desenvolvidas e em desenvolvimento (TABELA 2):

TABELA 2: Importância das Fusões / Aquisições nos fluxos de Investimento Direto no Brasil - 1990 a 1998 (em milhões de dólares e em %)

Ano	Países	Países em	Brasil	E=C/B
	Desenv. (A)	Desenv. (B)	(C)	%
1990	107.128	8.509	57	0,67
1991	46.535	2.527	67	2,65
1992	61.611	12.158	392	3,22
1993	54.933	11.879	1.084	9,13
1994	96.599	12.757	8	0,06
1995	127.601	13.212	1.458	11,04
1996	139.688	22.998	3.112	13,53
1997	190.060	46.156	10.381	22,49
1998	361.787	48.917	21.282	43,51

Fonte: UNICTAD.

Na TABELA 2, observa-se na que o Brasil, em 1990, detinha menos de um por cento do Investimento Externo Direto-IED em relação às economias em desenvolvimento, passando em 1998 a ter como participação em relação aos países em desenvolvimento, cerca de 43,51% dos Investimentos Externos Diretos-IED.

Salientando que, esses investimentos foram utilizados no processo de fusão e aquisição, logo, pode-se concluir que a entrada das multinacionais, seja assumindo o controle de empresas locais, seja instalando-se no país, foi responsável pela construção de um grande cenário favorável a captação dos IED.

Dentro dessa questão acima mencionada, ressalta-se que as multinacionais deveriam transferir recursos intrafirmas para desenvolver o aparelho produtivo brasileiro, mas que, essas mesmas multinacionais só se preocuparam em aumentar o seu mercado consumidor.

Fazendo uma análise, em particular do setor manufatureiro ressalta-se a concentração em sua maior parte nas indústrias de forte e média intensidade tecnológica (TABELA 3):

TABELA 3: Brasil e estoque de Investimento Externo Direto por setor (%): 1995 - 1999

Setores	Stock 1995	1996	1997	1998	an-out 1999
Indústria	55,0	21,4	15,0	20,7	23,6
Automóvel e carga	6,7	3,5	1,6	3,6	4,6
Minerais metálicos	7,4	1,2	0,0	3,6	0,4
Química e farmacêutica	11,2	2,7	2,7	3,0	5,4
Demais industrias	29,8	14,0	10,6	10,5	13,1
Serviços	43,4	42,3	56,4	55,9	47,9
Comércio	6,7	7,7	7,0	9,3	6,0
Comércio-instituições financeiras	3,2	5,1	12,2	25,6	4,0
Correio telecomunicações	e 0,5	0,8	2,9	4,3	13,0
Serviços prestados a empresas	a 26,9	24,8	30,8	6,7	13,6
Utilidade pública- energia elétrica e gás	0,0	0,0	0,0	5,8	8,7
Demais serviços	6,0	3,8	3,5	4,2	2,7
Outras operações	1,6	36,2	28,6	23,5	28,6
Total	100	100	100	100	100

Fonte: SOBEET (2000, p.9).

Observa-se, setorialmente, na TABELA 3 que os Investimentos Externos Diretos-IED foram concentrados sobretudo para o setor de serviços.

Os investimentos direcionados para o setor manufatureiro refletem, por sua vez, a necessidade dos Estados em captar recursos para a promoção de projetos industriais, mesmo que para isso, tivessem que estimular as empresas multinacionais à aplicarem seus recursos em Estado "A ou B" (isenção fiscal, subsídios).

Agora além de quantificar e definir a modalidade em que foram empregados os IED, tem-se que qualificá-los, ou seja, definir dentro do caso brasileiro, que sentido tiveram esses IED e como foram aplicados.

3.3 UMA ANÁLISE QUALITATIVA DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO

Primeiramente, analisando-se o Investimento Externo Direto-IED, tem-se que identificá-lo, no caso brasileiro como sendo investimentos que deveriam ter sido direcionados para o setor produtivo, mas grande parte foi transferido para o mercado

especulativo por oferecer grande rentabilidade a um menor risco, não possibilitando o desenvolvimento da indústria brasileira.

Nesse caso, fica explícito que a modernização do aparelho produtivo se deve fundamentalmente a importação de bens de capital com alto teor tecnológico, logo, não introduziu incrementos sobre a questão da produção e da tecnologia, servindo em grande parte para as multinacionais protegerem seus lucros e o valor de seus ativos ou mesmo especularem através de transferências de capitais intra-firmas e a matriz.

O caso brasileiro, analisando o Plano Real e o papel do IED, realça o atraso científico e tecnológico tendo em vista os crescentes cortes nos orçamentos das empresas direcionadas a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

O IED quando associado ao setor produtivo da economia no sentido de desenvolver, modernizar e dinamizar o aparelho produtivo, possibilitaria a industrialização rápida, uma maior competitividade e uma melhoria nos termos de troca do Brasil.

Dentro do Plano Real, com uma aparente estabilidade da moeda associada a uma liberalização/desregulamentação da economia, calcada por uma elevada taxa de juros e uma política de privatizações, fundamentada na lógica de minimizar o papel do Estado sobre os parâmetros da economia, que nesse contexto seria

regida pelo mercado, criou-se dentro do país um mercado altamente especulativo.

Os investimentos tendo o papel de curto prazo e não estando associados e regulamentados por medidas políticas de proteção da indústria local, permitiram que esses investimentos acompanhados em grande parte por transferências entre as matrizes das multinacionais com as instaladas no Brasil, dominassem setores tidos como prioritários.

Setores estes com um alto valor agregado e do grau de contenção de informação e teor tecnológico incorporado, como pode-se citar: telecomunicações, informática, derivados de petróleo, automobilístico, etc.

Nesse contexto de abertura econômica e de desregulamentação das medidas internas de controle dos investimentos, cresce a instalação de multinacionais que dominam os setores de alta tecnologia brasileira.

A dinâmica da concorrência entre as multinacionais se dá na ótica do mercado, ou seja, as filiais instaladas no Brasil não têm compromisso nenhum de desenvolver a nossa indústria e economia, e sim, têm a função de transferir recursos para a matriz através de remessa de lucros e dividendos (GRÁFICO 3):

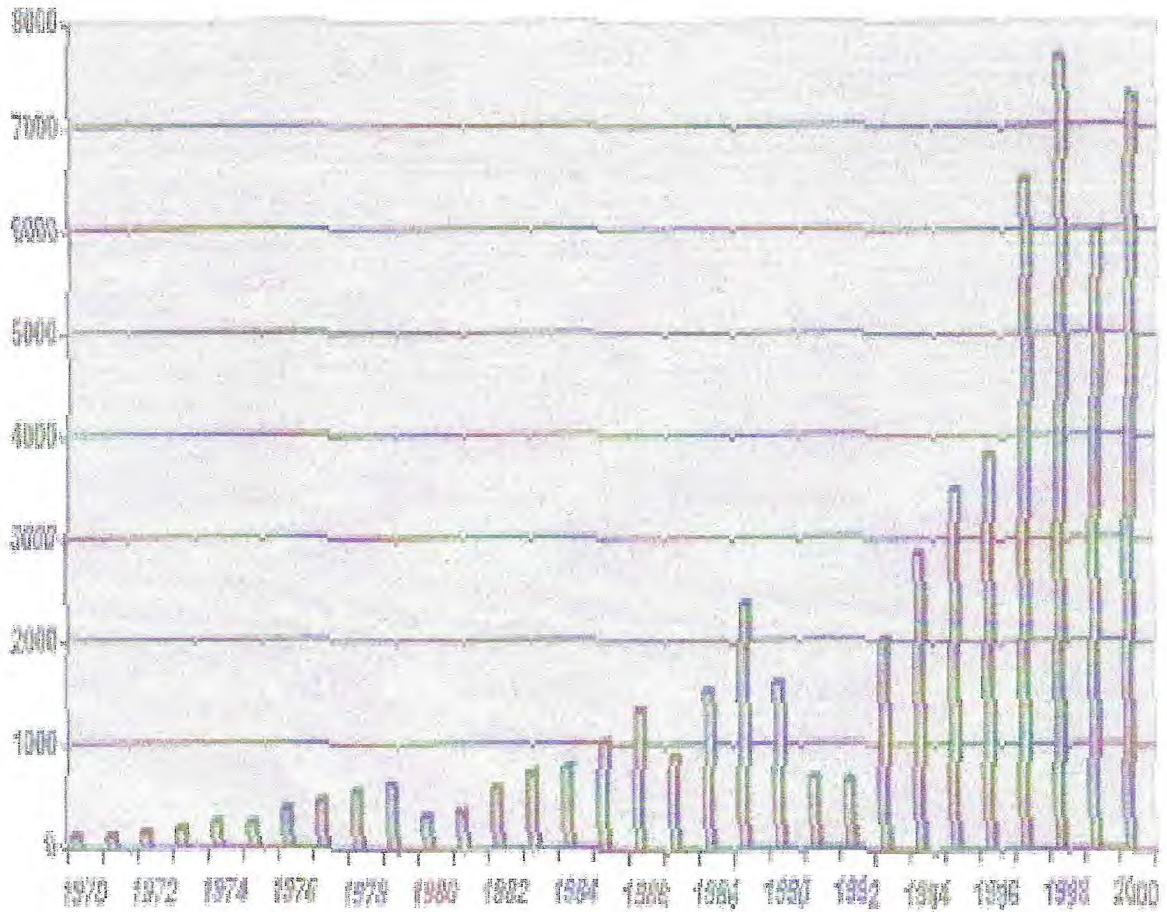


GRÁFICO 3: Evolução das Remessas de lucros e Dividendos no Brasil: 1970-2000* (em milhões de dólares)

Fonte: BACEN

Analisando o conteúdo do GRÁFICO 3 de evolução das remessas de lucros e dividendos no Brasil de 1970-2000, pode-se verificar que ocorreu uma explosão de saída de capital, principalmente, após 1994.

Podem-se citar ainda, como razões dessas transferências de capital, o descomprometimento das multinacionais em reinvestir no país, retirando recursos que seriam destinados a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ou mesmo, ao desenvolvimento do parque industrial brasileiro.

As políticas de promoção de estabilidade econômica dentro do Plano Real ao invés de contribuírem para uma maior alocação de Investimento Externo Direto-IED e desenvolvimento de nossa economia, trouxeram vulnerabilidade no que diz respeito ao Balanço de Pagamentos.

Ouve desarticulação da indústria de base brasileira, reduziram-se drasticamente investimentos em P&D, deixando o país mais dependente de ajuda econômica dos agentes internacionais (FMI, BID) e principalmente permitiram que as indústrias multinacionais se instalassem no país sem nenhuma regulamentação e sem nenhum compromisso.

Logo, a crise do modelo, no que concerne à estabilidade econômica sob a ótica do Balanço de Pagamentos, também analisando a lógica dos IED como fator agravante ao contexto de promoção de desenvolvimento da indústria nacional, propiciou o desequilíbrio das contas internas e externas, vulnerabilizando o país em relação ao mercado internacional.

Os estímulos dados às multinacionais a estarem presentes, no Brasil, explicam a retomada dos fluxos de IED na economia brasileira.

Entretanto, o resultado desses movimentos de capitais é um investimento, no sentido próprio de criação de nova capacidade produtiva, de fraco dinamismo que se revela incapaz de exercer um papel importante na retomada econômica.

Este resultado decorre do IED ser predominantemente de fusões e aquisições. Na verdade, os investimentos estrangeiros diretos devem estar inseridos entre os diversos fatores que contribuíram para impedir, através de múltiplos mecanismos, a recuperação da economia brasileira.

Os objetivos das multinacionais são antes de tudo relacionados à comercialização. Eles implicam numa lógica de produção segundo a qual as filiais vão se especializar em atividades secundárias de baixo efeito de encadeamento produtivo e tecnológico, ou seja, dada as circunstâncias, estas filiais estão dentro do processo produtivo, na maioria dos casos, como finalizador do processo produtivo, tendo como meta prioritária a dominação de mercado consumidor.

"De fato, a dinâmica de reestruturação produtiva das multinacionais questiona a pretensão neoliberal segundo a qual o

Investimento Externo Direto-IED produziria efeitos positivos em termos de industrialização. Na verdade, o fechamento de certas empresas pertencentes a setores intensivos em tecnologia e/ou a supressão de atividades de forte valor agregado produziriam efeitos contrários aos defendidos pelos adeptos da liberalização irrestrita dos investimentos.” (MOREIRA,2000)

A lógica de difusão tecnológica, de desenvolvimento industrial, não se justificou de fato em relação a abertura da economia, principalmente, porque firmas estrangeiras não se preocuparam em divulgar novas tecnologias e nem mesmo novos processos, e as empresas locais, não tinham como reestruturar-se de forma a igualar em tempo hábil as condições de competitividade externas.

“Além do mais, o argumento segundo o qual a exposição ao comércio externo e aos investimentos estimularia os produtores locais a se tornarem mais competitivos utilizando técnicas de produção mais modernas e recorrendo a pesquisa e desenvolvimento para inovar, parece não se verificar no Brasil. Ao contrário, a entrada de Investimento Externo Direto-IED evidenciou a fraca capacidade de concorrência das firmas locais em razão da ausência de fatores permitindo a consolidação da competitividade e a aquisição de grande parte das firmas nacionais pelas estrangeiras”. (MOREIRA,2000)

Finalmente, fortes indícios mostram que as firmas multinacionais protegeram seus lucros e o valor de seus ativos ou mesmo especularam através de transferências de capitais entre firmas e matriz. O Investimento Externo Direto-IED tem sido utilizado, por exemplo, para reduzir os riscos ou se beneficiar da especulação sobre o câmbio.

Nesse contexto de ação das multinacionais, reforça-se a forma com que foi utilizado o IED, pois, não conseguiu provocar na economia brasileira uma retomada no crescimento econômico.

De fato, verificamos que os estímulos a entrada de multinacionais, a partir de 1990, apresentou um grau enorme de liberalização/desregulamentação, prejudicando a indústria interna que não teve força de atualizar-se tecnologicamente, sendo incorporada pelas multinacionais através de fusões e aquisições.

A consolidação do domínio de setores de alta tecnologia, dos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento foram apenas alguns dos fatores que permitiram a sustentação das multinacionais.

Estas por sua vez, promoveram incrementos de tecnológica e de produtividade e incorporaram o mercado brasileiro a lógica do mercado globalizado, remetendo grandes

quantias em capitais através de remessa de lucros ou pagamentos de dividendos às matrizes no exterior (GRÁFICO 4):

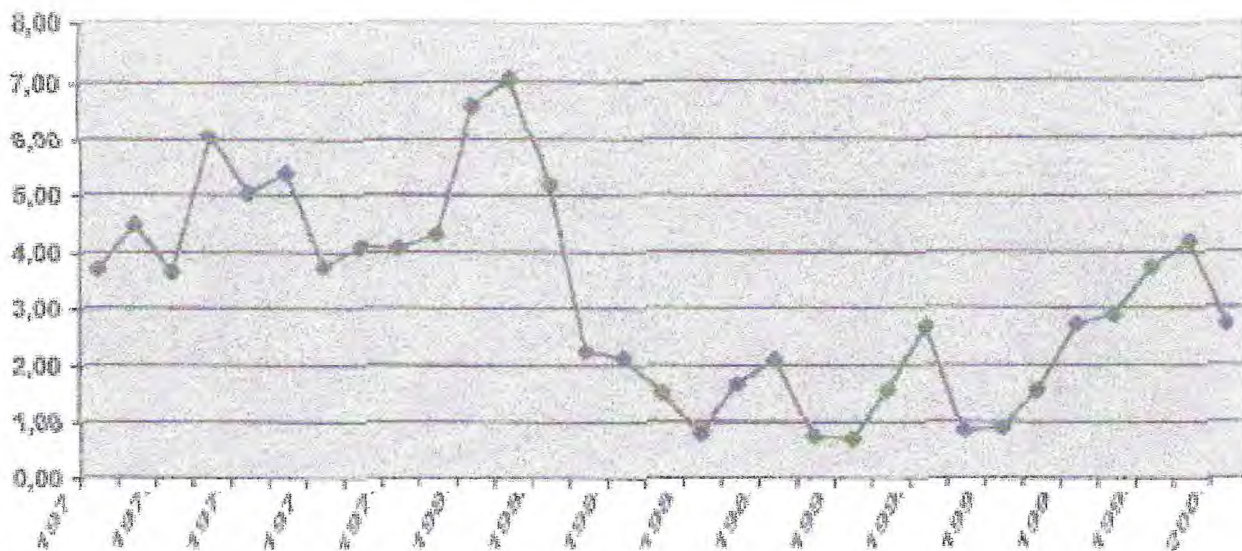


GRÁFICO 4: Relação entre fluxos de Investimento Externo direto e remessas de lucros e dividendos no Brasil : 1970-2000*.

Fonte: BACEN

As informações do GRÁFICO 4 só afirmam a proposição de que existe uma volatilidade entre a captação do Investimento Externo Direto-IED e sua locação.

Verifica-se que esses investimentos estão sendo aplicados no mercado financeiro sem nenhum comprometimento com o setor produtivo e que as remessas de lucros e dividendos estão aumentando através das transferências intra-firmas, promovidas pelas multinacionais.

A crise financeira teve um papel importante, mas não único, no aumento das remessas. É bem verdade que as remessas estão em grande parte associadas aos investimentos em *portfólio*, nos quais se incluem as aplicações em ações na bolsa de valores, nos fundos de renda fixa (capital estrangeiro) e nos fundos de privatização.

A elevada rentabilidade obtida no mercado brasileiro estimulou a realização de lucros para cobrir posições deficitárias em outros mercados, principalmente nos países do Sudeste asiático, onde a crise se fez mais intensa.

O aumento das remessas de lucros pode ser principalmente explicado pelo próprio aumento dos fluxos de investimento que, iniciaram trajetória bastante ascendente a partir de 1994.

Por outro lado, tais fluxos também sugerem a observância de elevada taxa de rentabilidade no mercado interno.

Outro aspecto importante, com menor impacto no presente, mas que pode vir a se constituir em fator de pressão para maiores remessas no futuro, diz respeito a forma de financiamento das aquisições de empresas estatais por empresas estrangeiras (e mesmo por nacionais) no âmbito do processo de privatização.

As expectativas de elevada rentabilidade das novas empresas privatizadas tem estimulado os potenciais novos proprietários ou gestores a tomarem recursos no exterior com taxas inferiores às taxas domésticas e às taxas de rentabilidade esperadas do novo empreendimento.

Isso implicará futuras remessas de lucros adicionais para o pagamento de juros e amortizações desses empréstimos, mesmo quando não forem diretamente internalizados.

No mesmo sentido, a lógica estritamente financeira dessas operações pode estabelecer um prazo menor de amortização dos investimentos, e isso implica maiores taxas de rentabilidade, as quais podem não ser adequadas (ou suportáveis) para a competitividade de alguns setores. No geral verificar-se-á a questão do balanço de pagamentos dentro desse contexto de investimento externo direto.

3.4 O INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO E O BALANÇO DE PAGAMENTOS

Definiram-se, dentro da análise, questões gerais como o Consenso de Whashington, Globalização Financeira, e específicas

como o Investimento Externo Direto-IED sob as óticas quantitativas, de modalidades de implantação e qualitativas.

Dentro da análise qualitativa verificou-se ainda que, o IED não teve o papel, no caso brasileiro, de desenvolver o sistema produtivo, ou seja, torná-lo mais eficiente e competitivo e, sim teve um caráter especulativo.

O passo final é verificar o impacto e a forma que apresentou-se a utilização do IED sobre o Balanço de Pagamentos.

Antes de mais nada é imprescindível definir o impacto da evolução das despesas a título de serviços tecnológicos brasileiros, no intuito de se analisar como estão sendo utilizados os Investimentos Externos Diretos-IED em relação ao desenvolvimento de novas tecnologias (GRÁFICO 5):

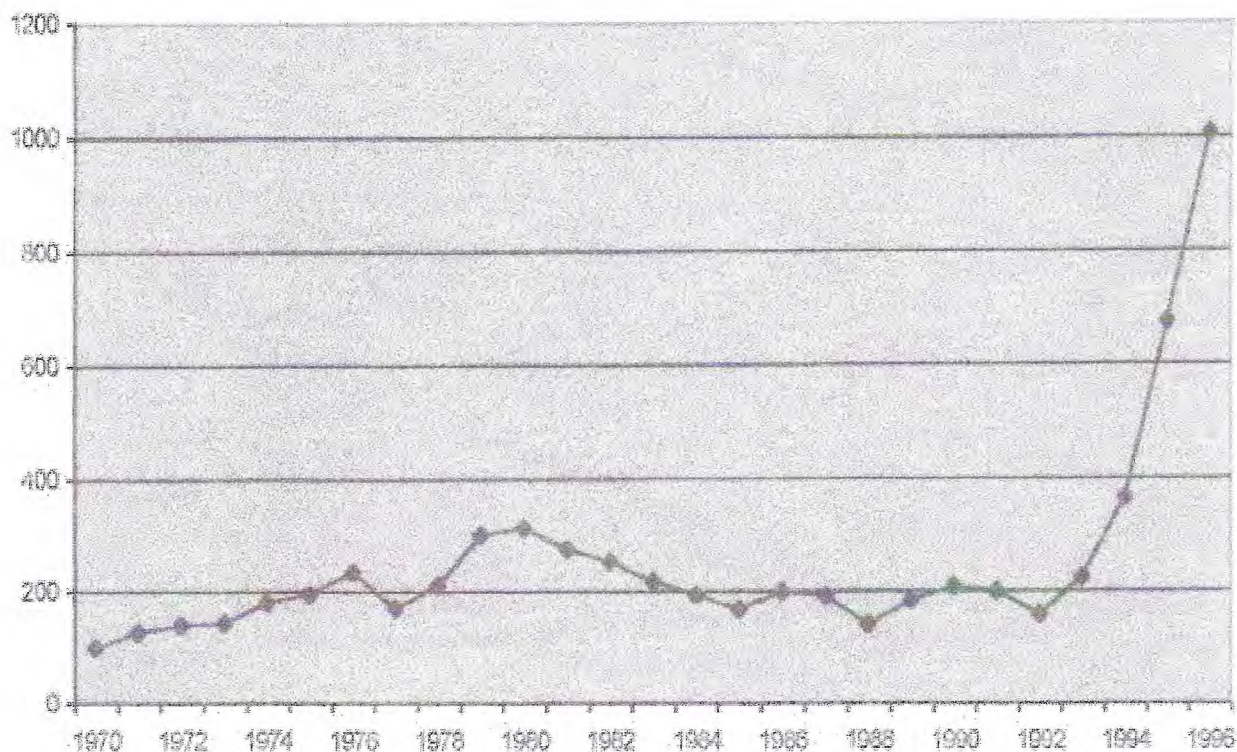


Gráfico 5: Evolução das Despesas a título de serviços tecnológicos* - 1970-1996** (em milhões de dólares).

Fonte: BACEN.

A análise gráfica mostra que o processo de abertura econômica e financeira trouxe grande dependência a tecnologia importada, seja adquirida no exterior, seja utilizada através de transferência intra-firmas promovidas pelas multinacionais, logo os IED não estão causando impacto de forma a desenvolver novas tecnologias e sim, como já foi mencionado, sob a forma especulativa.

A partir de 1992 ocorreu uma explosão nas despesas em serviços tecnológicos, gerando altos custos ao país, chegando ao patamar de um bilhão de dólares em 1996.

Grandes remessas de lucros através de pagamentos de dividendos, transferências intra-firmas foram feitos, por parte das multinacionais, pagamento de elevadas taxas de juros para atrair capital externo desvinculando o conceito de investimento externo direto como investimento produtivo.

Esse investimento foi então vinculado ao mercado financeiro, fazendo com que as multinacionais não se comprometessem com a difusão das tecnologias, prejudicando a indústria brasileira.

Esses fatores associados, impactaram diretamente sobre o Balanço de Pagamentos, tornando deficitário, principalmente porque (já analisando o caso brasileiro), o país tem que retirar dos cofres grandes quantias para onerar este capital externo que agora além de ter grande volatilidade, também não é vinculado a nenhum compromisso e tem curto prazo de maturação.

Analisando o déficit da balança comercial, observa-se que os países denominados periféricos ou subdesenvolvidos como é o caso brasileiro, apresentam uma pauta de exportação de bens primários com baixo valor agregado, problemas no comércio

internacional no que permite às barreiras protecionistas, elevado grau de importação de bens de capital para sustentar a produção interna etc.

Caracteriza-se a partir de então, levando em consideração a análise do caso brasileiro dentro do Plano Real que a liberalização/desregulamentação promovida com a abertura do mercado brasileiro, provocou, a partir de então, déficits da balança comercial, ou seja, em relação aos termos de troca, constata-se uma grande diferença na agregação de valor do que é exportado e do que é importado pelo país.

Esse déficit da balança comercial agravou-se com a privatização e com a entrada das multinacionais no país, dominando setores denominados de ponta no mercado brasileiro, de tal forma que em lugar de promover a pesquisa e desenvolvimento nacional, as multinacionais fizeram com que as importações aumentassem cada vez mais.

A razão principal desse aumento, dá-se pelas relações intrafirmas, ou seja, todos os componentes dos quais as multinacionais necessitavam eram trazidos de suas matrizes, prejudicando e deteriorando ainda mais, os termos de troca entre o Brasil e o Mundo Globalizado, tornando o país mais dependente economicamente do mercado externo (leia-se países desenvolvidos).

Sobre a questão do balanço de serviços, dentro do Plano Real, verifica-se a deficitariedade, principalmente com a inserção das multinacionais.

Em primeiro lugar, pode-se realçar a falta de investimento e a grande remessa para o exterior de lucros para pagamentos dos acionistas das multinacionais o que compromete de forma substancial a expansão industrial e produtiva brasileira.

Em segundo lugar, deve-se introduzir na análise a grande perda na questão do emprego e da renda que ocorre no Brasil, seja devido a incorporação de indústrias brasileiras pelas multinacionais através das fusões e aquisições, seja pelo fechamento de indústrias nacionais pela perda de competitividade dentro do mercado.

Como consequência dessa perda, ocorreu a dispensa de mão-de-obra, seja, pela incorporação das multinacionais de mão-de-obra altamente especializada para dar suporte técnico, proveniente de suas matrizes, seja, utilizando-se de importação de mão-de-obra, desempregando e sucateando a mão-de-obra nacional.

Outra análise que se pode citar é a do perfil do financiamento dos déficits em transações correntes via aumento da dívida externa (GRÁFICOS 6 e 7):



DÍVIDA EXTERNA BRUTO

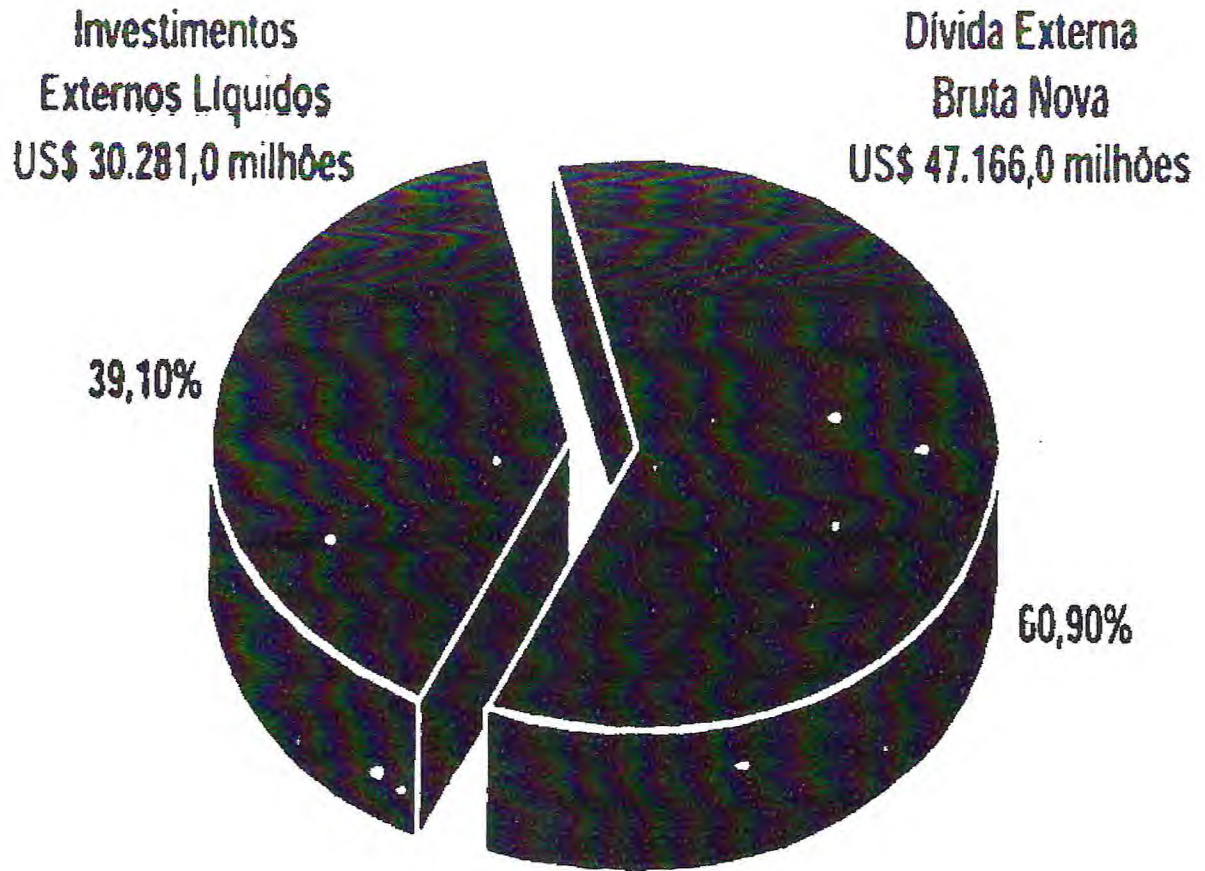


GRÁFICO 6-PERFIL DO FINANCIAMENTO DOS DÉFICITS EM TRANSAÇÕES
CORRENTES 1994-1997 - DEFICIT NO PERÍODO :

US\$ 77.447,00 MILHÕES

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: SOBEET

DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA E DAS RESERVAS

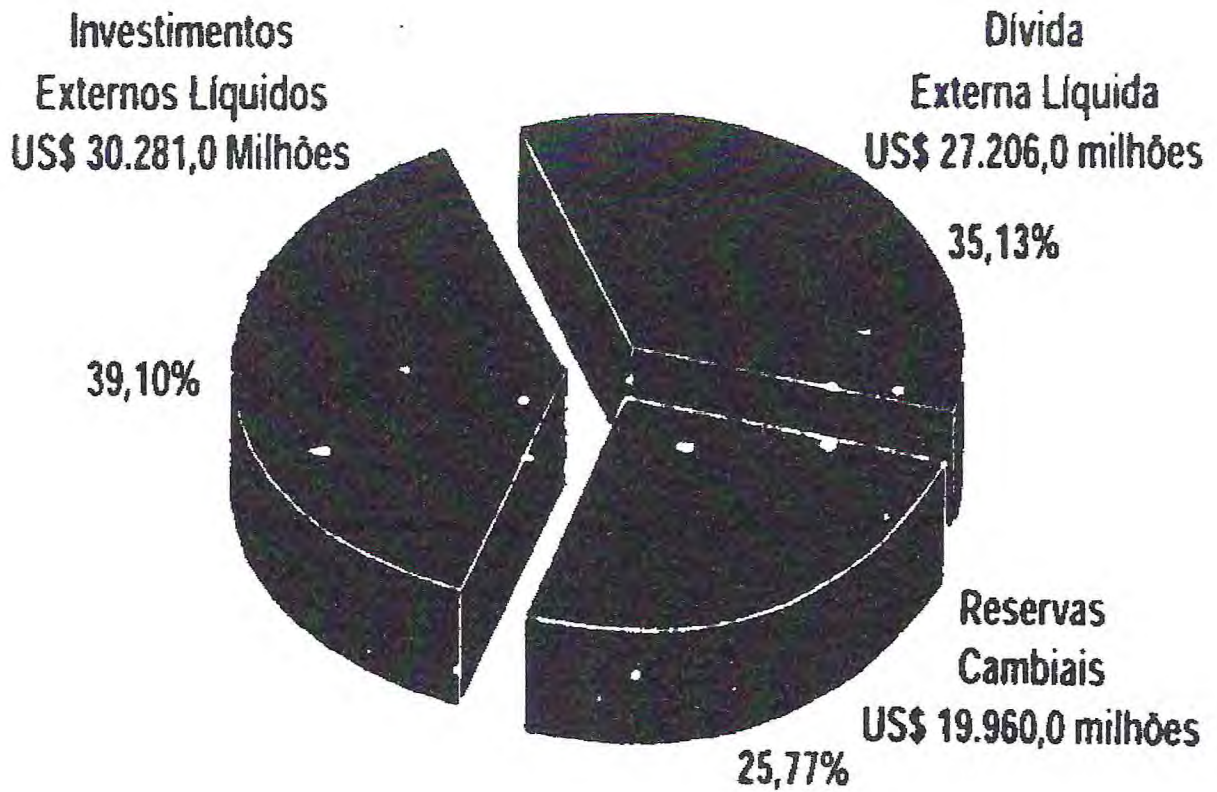


GRÁFICO 7-PERFIL DO FINANCIAMENTO DOS DÉFICITS EM TRANSAÇÕES

CORRENTES 1994-1997 - DÉFICIT NO PERÍODO:

US\$ 77.447,00 MILHÕES

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: SOBEET

O gráfico 6 mostra como o déficit acumulado no período de 1994 e 1997 se distribuiu entre investimentos externos líquidos e em dívida externa bruta. observa-se que quase 61% do déficit em conta corrente de us\$ 77,4 bilhões virou dívida externa bruta (US\$ 47,2 bilhões).

O gráfico 7 utiliza-se da mesma base para concluir que mais de $\frac{1}{4}$ do mencionado déficit acumulado virou reservas internacionais no Brasil, o que significa que a dívida externa líquida nova no período, aumentou em us\$ 27,2 bilhões, equivalentes a 35,1% do déficit acumulado.

Podemos concluir dentro desse contexto de comportamento do Balanço de Pagamentos, que a política de estabilização proposta pelo governo de paridade da moeda nacional em relação a moeda padrão (dólar - US\$), não se sustentaria por muito tempo, logo, a partir de 1999, dentro de um cenário externo e interno tortuoso, o governo teve que implementar uma política de desvalorização cambial, sustentada também por um contexto político, que trouxe uma série de restrições ao crescimento da economia nacional, agravando nessas circunstâncias a crise da dívida e vulnerabilizando, ainda mais, o país.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo mostrar que a abertura econômica brasileira ocorreu sem a regulamentação do Estado e que em razão desta, as empresas nacionais foram, em grande parte, prejudicadas com a entrada das multinacionais.

Dentro do contexto, demonstrou-se o quanto é necessário à utilização do Investimento Externo Direto (IED), mas que, no caso específico da economia brasileira, predominantemente, sua utilização foi atribuída pelas multinacionais em fusões e aquisições.

Outra questão também levantada, ressalta a utilização do Investimento Externo Direto (IED), em aplicações no mercado financeiro, passando por sua vez, da esfera produtiva para o mercado financeiro.

No final da apresentação o foco principal foi o impacto negativo incorporado a má utilização desses investimento, acarretando déficit no Balanço de Pagamentos e comprometendo o país internamente e externamente.

5 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADELMAN, Irmã, **Teorias de Desenvolvimento Econômico**, Forense, Rio de Janeiro, 1999.

SOBEET, **Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica**, ano II, n° 10 Jan/Fev, 1998.

SOBEET, **Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica**, ano II, n° 10 Mar/Abr, 1998.

SOBEET, **Sociedade Brasileira de Estudos Transnacionais e da Globalização Econômica**, ano II, n° 10, Maio/Jun, 1998.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**, Ed. Bontempo, set, 1999.

GUTTMANN, Robert, **A Transformação do Capital Financeiro, Economia e Sociedade**, Campinas, cap.7, p.51-83, dez, 1996;

KREGEL, Jan A., **Riscos e Implicações da Globalização Financeira para a Autonomia de Políticas Nacionais, Economia e Sociedade**, Campinas, cap.7, p. 29-49, dez,1996.

LAPLANE, M. ; SARTÍ, F., **Investimento Direto Estrangeiro e o Impacto na Balança Comercial nos Anos 90**, Brasília, fev, 1999.

MOREIRA, Carlos Américo L., *Revista de Economia*, ano V, nº51, pg. 14-17, maio, 2001.

SALAMA, Pierre, *A Financeirização Excludente: As Lições das Economias Latino-Americanas*, set, 1999.

SCHERER, André Luís Forti, *As raízes do investimento direto estrangeiro- A experiência brasileira recente*, Ensaio FEE, Porto Alegre, v.20, n.2, p.81-128, 1999.

TAVARES, Maria da C.; FIORI, José L., *(Des)Ajuste Global e Modernização Conservadora*, ed. Paz e Terra, fev, 1998.

WILLIAMSON, John. *O Consenso de Washington. Folha de São Paulo*. São Paulo, abril, 1999.